



1

## UTOPIAS REPUBLICANAS\*

A conferência pronunciada por Benjamin Constant em 1819, no Athénée Royal de Paris, pode servir de ponto de partida para a discussão dos modelos de república existentes ao final do século XIX. Intitula-se "Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos". Nela o termidoriano Constant, inimigo dos jacobinos mas também de Napoleão, atribuía os males da Revolução de 1789 à influência de filósofos como Mably e Rousseau, defensores de um tipo de liberdade que não mais se adaptaria aos tempos modernos.<sup>1</sup> A liberdade por eles defendida, e adotada pelos jacobinos, era aquela que caracterizara as repúblicas antigas de Atenas, Roma e, especialmente, Esparta. Era a liberdade de participar coletivamente do governo, da soberania, era a liberdade de decidir na praça pública os negócios da república: era a liberdade do homem público. Em contraste, a liberdade dos modernos, a que convinha aos novos tempos, era a liberdade do homem privado, a liberdade dos direitos de ir e vir, de propriedade, de opinião, de religião. A liberdade moderna não exclui o direito de participação política, mas esta se faz agora pela representação e não pelo envolvimento di-

(\*) Versão modificada deste capítulo foi publicada sob o título "Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil", em *Dados. Revista de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 3 (1989), pp. 265-80.

reto. O desenvolvimento do comércio e da indústria não permitia mais, argumenta Constant, que as pessoas dispusessem de tempo para se dedicar a deliberar em praça pública, nem elas estavam nisso interessadas. Hoje, o que se busca é a felicidade pessoal, o interesse individual; a liberdade política tem por função garantir a liberdade civil.

A oposição entre os dois tipos de liberdade, que é também a oposição entre duas maneiras de conceber a organização política da sociedade, esteve presente também na Revolução Americana de 1776, que optou claramente pela liberdade dos modernos. Os republicanos brasileiros que no final do século passado se viam às voltas com o problema de justificar o novo regime não podiam escapar de tal debate. Os temas do interesse do indivíduo e de grupos, da nação, da cidadania, encarnados na idéia de república, estavam no centro das preocupações dos construtores da República brasileira. Como país exportador de matérias-primas e importador de idéias e instituições, os modelos de república existentes na Europa e na América, especialmente nos Estados Unidos e na França, serviriam de referência constante aos brasileiros. Esse capítulo discutirá como esses modelos foram interpretados e adaptados às circunstâncias locais pela elite política republicana.

## AS DUAS LIBERDADES

O conceito de república era ambíguo para os *founding fathers* da primeira grande república moderna, a dos Estados Unidos da América. Como Hamilton observou, até então o conceito se aplicara a formas de governo muito distintas. Aplicara-se a Esparta, que tinha senado vitalício; a Roma, mesmo sob os reis; aos Países Baixos, que tinham nobreza hereditária; à Polónia, que tinha aristocracia e monarquia.<sup>2</sup> República podia significar tanto governo livre como governo da lei e governo popular. De uma coisa, porém, estavam certos os fundadores, ou a grande maioria deles: a base filosófica da construção que deveriam empreender, a base do novo pacto político, tinha de ser a predominância do interesse individual, da busca da felicidade pessoal. O utilitarismo de Hume era a fonte de inspiração comum de todos. Como se sabe, para Hume todos os homens eram velhacos (*knaves*) e só poderiam ser motivados por meio do apelo a seus interesses pessoais. Tratava-se, portanto, de uma concepção de liberdade que se adaptava perfeitamente à noção de liberdade dos modernos como descrita por Benjamin Constant. O mundo utilitário é o mundo das paixões, ou no máximo o mundo da razão a serviço das paixões, e não o mundo da virtude no sentido antigo da palavra.

O utilitarismo, a ênfase no interesse individual, colocava dificuldades para a concepção do coletivo, do público. A solução mais comum foi a de simplesmente definir o público como a soma dos interesses individuais,

como na famosa fórmula de Mandeville: vícios privados, virtude pública. Para explicar o fato inegável de que algumas pessoas em certas circunstâncias eram movidas por razões outras que o simples interesse material, Hamilton recorreu ainda a outra paixão: o amor da glória e da fama. Esse amor poderia combinar a promoção do interesse privado com o interesse público. De qualquer modo, o que aparece em *O federalista*, como observou Stourzh, é a visão de uma nação sem patriotas, é a visão de uma coleção de indivíduos em busca de uma organização política que garantisse seus interesses. Não há identidade coletiva, sentimento de comunidade ou de pátria.

Sem se discutir se era correta a visão da ausência de identidade coletiva entre os habitantes das Treze Colônias, a ênfase no indivíduo levou os fundadores a se preocupar particularmente com os aspectos organizativos da nova sociedade. Se não havia laços afetivos de solidariedade, tornava-se mais difícil, com base apenas no cálculo do interesse, fundar a nova sociedade política. Como observa Hannah Arendt em *On revolution*, no caso americano a verdadeira revolução já estava feita antes da independência. A revolução era a nova sociedade que se implantara na América. Coube aos fundadores promover a *constitutio libertatis*, a organização da liberdade, mais do que fazer a declaração da liberdade. Talvez por isso, ainda segundo Hannah Arendt, a Revolução Americana tenha sido a única que não devorou seus filhos, tenha sido a de maior êxito em se institucionalizar. O contraste com a Revolução Francesa é nítido. Nesta, predominou a declaração da liberdade em prejuízo de sua ordenação. Nos Estados Unidos, Montesquieu era o autor mais importante; na França, era Rousseau. A separação dos poderes como garantia de liberdade, a duplicação do Legislativo como instrumento de absorção das tendências separatistas e a força dada à Suprema Corte como elemento de equilíbrio foram inovações institucionais responsáveis, em boa parte, pela durabilidade do sistema americano. Veremos adiante o apelo que tais inovações na engenharia política teve para alguns republicanos brasileiros.

Outro modelo óbvio de república era o francês. As repúblicas da América Latina ou eram consideradas simplesmente derivações do modelo americano, ou não se qualificavam como modelos devido à turbulência política que as caracterizava. Dizer modelo francês é incorreto: havia mais que um modelo francês, em decorrência das vicissitudes por que passara a república naquele país. Pelo menos a Primeira e a Terceira Repúblicas francesas constituíam pontos de referência, naturalmente para públicos distintos.

A imagem da Primeira República se confundia quase com a da Revolução de 1789, da qual se salientava principalmente a fase jacobina, os aspectos de participação popular. Isto é, a fase que mais se aproximava da concepção de liberdade ao estilo dos antigos, segundo Benjamin Constant. Era a república da intervenção direta do povo no governo, a república dos

clubes populares, das grandes manifestações, do Comitê de Salvação Pública. Era a república das grandes idéias mobilizadoras do entusiasmo coletivo, da liberdade, da igualdade, dos direitos universais do cidadão.

Mas havia também a Terceira República, que já demonstrava razoável capacidade de sobrevivência. Certos traços da Terceira República tinham a ver, naturalmente, com a influência da tradição liberal de crítica da Revolução de 1789, inclusive a do próprio Benjamin Constant. Esse autor, aliás, já influenciara abertamente a Constituição Imperial brasileira quando esta adotou o Poder Moderador, que ele chamava de *pouvoir royal*, ou *pouvoir neutre*.<sup>3</sup> Essa idéia, a de um poder acima do Legislativo e do Executivo que pudesse servir de juiz, de ponto de equilíbrio do sistema constitucional, poderia ser adaptada tanto a monarquias constitucionais como a repúblicas. A preocupação de Benjamin Constant era com a governabilidade, com a conciliação entre a liberdade e o exercício do poder, problema, segundo ele, não resolvido na França, nem pela Primeira República, que tinha pouco governo, nem pelo Império, que tinha pouca liberdade. Tornar a República governável era uma das principais preocupações dos homens da Terceira República. Mas, para os republicanos brasileiros, Constant não poderia ser fonte de inspiração, pois estava por demais ligado à tradição imperial.

O modelo da Terceira República, ou melhor, uma variante dele, chegou ao Brasil por intermédio principalmente dessa curiosa raça de pensadores que foram os positivistas, de aquém e de além-mar. A transmissão foi facilitada pela estreita ligação que tinham os positivistas franceses com os políticos da Terceira República, alguns deles positivistas declarados, como Gambetta e Jules Ferry, do chamado grupo dos "oportunistas". A própria expressão "oportunista" fora cunhada por Littré, o líder dos positivistas não-ortodoxos. Um dos pontos centrais do pensamento político dos positivistas, expresso na divisa "Ordem e Progresso", era o mesmo de Benjamin Constant, isto é, tornar a República um sistema viável de governo, ou, na frase de Jules Ferry: "La République doit être un gouvernement".<sup>4</sup>

Havia divergências quanto à maneira de tornar a República um governo. Dentro do próprio positivismo, havia os ortodoxos do grupo de Lafitte, que não aceitavam o parlamentarismo adotado pela Constituição Francesa de 1875 e se impacientavam com a demora no rompimento das relações entre a Igreja e o Estado e com a timidez das políticas educacionais. Os ortodoxos ainda adotavam a idéia de ditadura republicana desenvolvida por Comte. O grupo de Littré aceitava o parlamentarismo, tendo ele próprio sido eleito senador, e admitia compromissos em torno de questões importantes, como a das relações entre o Estado e a Igreja, em nome do oportunismo — isto é, em termos positivistas, em nome da necessidade de aguardar o momento sociológico adequado para intervir. De qualquer modo, ortodoxos e heterodoxos, todos se inspiravam politicamente no *Appel aux*

*conservateurs* que Comte publicara em 1855. Nesse texto, o conceito de conservador provinha de sua visão particular da Revolução, que procurava fugir, de um lado, ao jacobinismo robespierrista, rousseauiano, chamado de metafísico, e, de outro, ao reacionarismo do restauracionismo clerical. Era conservador, na visão de Comte, aquele que conseguia conciliar o progresso trazido pela Revolução com a ordem necessária para apressar a transição para a sociedade normal, ou seja, para a sociedade positivista baseada na Religião da Humanidade.

O ponto importante em que a ortodoxia positivista se separava das idéias de Benjamin Constant era a rejeição do governo parlamentar. A divergência era relevante para os republicanos brasileiros. Comte tirara sua idéia de ditadura republicana tanto da tradição romana como da experiência revolucionária de 1789, essas duas, aliás, também relacionadas. A expressão implica ao mesmo tempo a idéia de um governo discricionário de salvação nacional e a idéia de representação, de legitimidade. Não se trata de despotismo. Para Comte, Danton era um ditador republicano e Robespierre era um déspota. Mas a idéia era ambígua, na medida em que no *Appel aux conservateurs* ele apresenta o legitimista Carlos X como a melhor encarnação do ditador republicano.

Seja qual for o conteúdo preciso da expressão, suas conseqüências para a idéia de representação e para a organização da política republicana eram importantes. A idéia de representação embutida na figura do ditador se aproxima da representação simbólica, ou da representação virtual. Nessas duas acepções, o representante se coloca no lugar do representado, em relação ao qual possui grande independência.<sup>5</sup> O ditador republicano seria, por exemplo, vitalício e poderia escolher seu sucessor. Se ele deve teoricamente representar as massas, pode na prática delas se afastar. Na realidade, o bom ditador comtiano seria aquele que conduzisse as massas. No espírito do *Appel aux conservateurs*, a ditadura monocrática, republicana, conservadora, tem o claro sentido de um governo da ordem cuja tarefa é fazer *d'en haut* a transição para a sociedade positiva. A ditadura republicana aparece aí como algo muito próximo do conceito de modernização conservadora difundido por Barrington Moore.<sup>6</sup>

O positivismo, especialmente na versão de Laffitte, possuía outro traço que o tornava relevante para a discussão da situação brasileira. Vimos o ideal hamiltoniano de uma nação sem patriotas, ao qual se opunha a visão rousseauiana com ênfase no coletivo, na idéia de virtude cívica, de homem público. O comtismo introduziu uma variante nessas duas vertentes. Como é sabido, após o encontro de Comte com Clotilde de Vaux em 1845, sua obra sofreu uma transformação profunda. Os elementos religiosos passaram a predominar sobre os aspectos científicos, o sentimento foi colocado acima da razão, a comunidade foi sobreposta ao indivíduo. Segundo sua própria confissão, Comte passou a unir o instinto social dos romanos (a virtude ci-

vica) à cultura afetiva da Idade Média, expressa nas tradições do catolicismo. Desse modo, fugia completamente ao individualismo mas em seu lugar não colocava a vontade geral de Rousseau. Para Comte, individualismo e vontade geral eram ambas noções metafísicas. O que o comtismo introduzia eram as formas de vivência comunitária, a família, a pátria e, como culminação do processo evolutivo, a humanidade (que Comte escrevia com *h* maiúsculo).

De especial importância é a ênfase dada por Comte à noção de pátria. A pátria é a mediação necessária entre a família e a humanidade, é a mediação necessária para o desenvolvimento do instinto social. Ela deve, para atender a tal função, constituir verdadeira comunidade de convivência, não podendo, portanto, possuir território excessivamente grande. A pátria perfeita deveria ter como característica os dons femininos do sentimento e do amor. A boa pátria será a mátria. Tal visão, se era incompatível com a idéia de nação sem patriotas, também fugia do comunitarismo de Rousseau, que possuía elementos contratuais e, portanto, traços de individualismo. O cidadão positivista não age na praça pública, não delibera sobre as questões públicas. Ele se perde nas estruturas comunitárias que o absorvem totalmente.

Havia, assim, pelo menos três modelos de república à disposição dos republicanos brasileiros. Dois deles, o americano e o positivista, embora partindo de premissas totalmente distintas, acabavam dando ênfase a aspectos de organização do poder. O terceiro colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime, desdenhando os aspectos de institucionalização. É verdade que a idéia de ditadura republicana era usada pelos dois modelos franceses, mas na versão jacobina ela permanecia vaga, ao passo que os positivistas detalhavam o papel do ditador, do congresso, as normas eleitorais, a política educacional etc.

Idéias e instituições norte-americanas e européias já tinham sido adaptadas por políticos imperiais. Antes mesmo da independência do país, rebeliões coloniais tinham-se inspirado seja na Revolução Americana, seja na Francesa. Importar modelos, ou inspirar-se em exemplos externos, não era, assim, exclusividade dos republicanos brasileiros. Os próprios *founding fathers* americanos buscaram inspiração em idéias e instituições da Antiguidade, da Renascença, da Inglaterra e da França contemporâneas. A Revolução Francesa, por sua vez, tivera nos clássicos e no exemplo americano pontos de referência. O fenômeno de buscar modelos externos é universal. Isso não significa, no entanto, que ele não possa ser útil para entender uma sociedade particular. Que idéias adotar, como adotá-las, que adaptações fazer, tudo isso pode ser revelador das forças políticas e dos valores que predominam na sociedade importadora.

## A HERANÇA IMPERIAL

O Império brasileiro realizara uma engenhosa combinação de elementos importados. Na organização política, inspirava-se no constitucionalismo inglês, via Benjamin Constant. Bem ou mal, a Monarquia brasileira ensaiou um governo de gabinete com partidos nacionais, eleições, imprensa livre. Em matéria administrativa, a inspiração veio de Portugal e da França, pois eram esses os países que mais se aproximavam da política centralizante do Império. O direito administrativo francês era particularmente atraente para o viés estatista dos políticos imperiais.<sup>7</sup> Por fim, até mesmo certas fórmulas anglo-americanas, como a justiça de paz, o júri e uma limitada descentralização provincial, serviam de referência quando o peso centralizante provocava reações mais fortes.

Todas essas importações serviam à preocupação central que era a organização do Estado em seus aspectos político, administrativo e judicial. Tratava-se, antes de tudo, de garantir a sobrevivência da unidade política do país, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social. Somente ao final do Império começaram a ser discutidas questões que tinham a ver com a formação da nação, com a redefinição da cidadania. Embora no início da vida independente brasileira um dos principais políticos da época, José Bonifácio, já tivesse alertado para o problema da formação da nação, mencionando particularmente as questões da escravidão e da diversidade racial, tudo isso ficou em segundo plano, pois a tarefa mais urgente a ser cumprida era a da sobrevivência pura e simples do país.

Após a consolidação da unidade política, conseguida em torno da metade do século, o tema nacional voltou a ser colocado, inicialmente na literatura. *O guarani*, de José de Alencar, romance publicado em 1857, buscava, dentro do estilo romântico, definir uma identidade nacional por meio da ligação simbólica entre uma jovem loura portuguesa e um chefe indígena acobreado. A união das duas raças num ambiente de exuberância tropical, longe das marcas da civilização européia, indicava uma primeira tentativa de esboçar o que seriam as bases de uma comunidade nacional com identidade própria. No âmbito político, a temática nacional só foi retomada quando se aproximou o momento de enfrentar o problema da escravidão e seu correlato, a imigração estrangeira. Tais problemas implicavam também o da centralização política, uma vez que afetavam de maneira distinta as várias províncias. Os republicanos tinham de enfrentar esses desafios. Mais ainda, em boa parte a opção pela república e o modelo de república escolhido tinham a ver com a solução que se desejava para tais problemas.

A Monarquia aboliu a escravidão em 1888. Mas a medida atendeu antes a uma necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa dos escravos e a uma necessidade econômica de atrair mão-de-obra livre para as regiões cafeeiras. O problema social da escravi-

dão, o problema da incorporação dos ex-escravos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado. Os abolicionistas mais lúcidos, os reformistas monárquicos, tinham proposto medidas nessa direção, como a reforma agrária e a educação dos libertos. Mas no curto período de um ano entre a Abolição e a República nada foi feito, pois o governo imperial gastou quase toda sua energia resistindo aos ataques dos ex-proprietários de escravos que não se conformavam com a abolição sem indenização.

O Império tinha, por outro lado, enfrentado o problema da redefinição da cidadania de maneira a dificultar a incorporação dos libertos. A lei eleitoral de 1881, que introduzia o voto direto em um turno, sob pretexto de moralizar as eleições, reduziu drasticamente a participação eleitoral. Ao exigir dos eleitores saber ler e escrever, reduziu o eleitorado, que era de 10% da população, a menos de 1% numa população de cerca de 14 milhões. Se o governo imperial contava com simpatias populares, inclusive da população negra, era isso devido antes ao simbolismo da figura paternal do rei do que à participação real dessa população na vida política do país.

## A OPÇÃO REPUBLICANA

Substituir um governo e construir uma nação, esta era a tarefa que os republicanos tinham de enfrentar. Eles a enfrentaram de maneira diversificada, de acordo com a visão que cada grupo republicano tinha da solução desejada. Esquemáticamente, podem ser distinguidas três posições.

A primeira era a dos proprietários rurais, especialmente a dos proprietários paulistas. Em São Paulo existia, desde 1873, o partido republicano mais organizado do país, formado principalmente por proprietários. A província passara por grande surto de expansão do café e sentia-se asfixiada pela centralização monárquica. Para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano. Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da República. Mais ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para a defesa de seus interesses particulares. A versão do final do século XIX da postura liberal era o darwinismo social, absorvido no Brasil por intermédio de Spencer, o inspirador do principal teórico paulista da República, Alberto Sales.

Convinha-lhes também a ênfase americana na organização do poder, não apenas por estar na tradição do país mas, principalmente, pela preocupação com a ordem social e política, própria de uma classe de ex-senhores de escravos. Convinha-lhes, de modo especial, a solução federalista ameri-





1. *Alberto Sales,*  
*ideólogo da república liberal.*

cana. Para os republicanos de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, três das principais províncias do Império, o federalismo era talvez o aspecto mais importante que buscavam no novo regime. O sistema bicameral era parte da solução federativa.

O modelo americano, em boa parte vitorioso na Constituição de 1891, se atedia aos interesses dos proprietários rurais, tinha sentido profundamente distinto daquele que teve nos Estados Unidos. Lá, como lembrou Hannah Arendt, a revolução viera antes, estava na nova sociedade igualitária formada pelos colonos. A preocupação com a organização do poder, como vimos, era antes consequência da quase ausência de hierarquias sociais. No Brasil, não houvera a revolução prévia. Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acolado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário.

Não era esse, sem dúvida, o modelo que convinha a outros desafetos da Monarquia. Havia um setor da população urbana, formado por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes,

para quem o regime imperial aparecia como limitador das oportunidades de trabalho. Digo "aparecia" porque a lentidão do sistema imperial, mesmo em promover a abolição, a excessiva centralização, a longevidade de alguns segmentos da elite política (dos senadores vitalícios, por exemplo) eram vistos como a causa dos problemas desses insatisfeitos, quando a causa estava em outros fatores (como a própria escravidão, que limitava o mercado de trabalho). Acontece que a própria avaliação da Monarquia era condicionada pelas idéias republicanas. A versão jacobina, em particular, tendia a projetar sobre a Monarquia brasileira os mesmos vícios do *Ancien Régime* francês, por menos comparáveis que fossem as duas realidades. Via-se no Império brasileiro, por exemplo, o atraso, o privilégio, a corrupção, quando o imperador era dos maiores promotores da arte e da ciência, quando a nobreza era apenas nominal e não hereditária, quando o índice de moralidade pública era talvez o mais alto da história independente do Brasil. Mas as acusações eram feitas provavelmente de boa-fé, faziam parte da crença republicana.

Para essas pessoas, a solução liberal ortodoxa não era atraente, pois não controlavam recursos de poder econômico e social capazes de colocá-las em vantagem num sistema de competição livre. Eram mais atraídas pelos apelos abstratos em favor da liberdade, da igualdade, da participação, embora nem sempre fosse claro de que maneira tais apelos poderiam ser operacionalizados. A própria dificuldade de visualizar sua operacionalização fazia com que se ficasse no nível das abstrações. A idéia de povo era abstrata. Muitas das referências eram quase simbólicas. Os radicais da República falavam em revolução (queriam mesmo que esta viesse no centenário da grande Revolução de 1789), falavam do povo nas ruas, pediam a morte do príncipe-consorte da herdeira do trono (era um nobre francês!), cantavam a *Marselhesa* pelas ruas. Mas, caso tivesse sido tentada qualquer revolução do tipo pretendido, o povo que em Paris saiu às ruas para tomar a Bastilha e guilhotinar reis não teria aparecido. As simpatias das classes perigosas do Rio de Janeiro estavam mais voltadas à Monarquia. A igualdade jacobina do cidadão foi aqui logo adaptada às hierarquias locais: havia o cidadão, o cidadão-doutor e até mesmo o cidadão-doutor-general.

Pela própria implausibilidade dessa solução, os partidários da liberdade à antiga formavam um grupo pequeno, embora agressivo. A maior parte desse grupo de descontentes percebia a dificuldade, se não a impossibilidade, de se fazer a república na praça pública. Era muito clara para eles a importância do Estado. Eram contra o regime monárquico, não contra o Estado. O Estado era o meio mais eficaz de conseguirem seus objetivos. Como o abolicionista Joaquim Nabuco, percebiam que a escravidão era no Brasil a sombra do Estado, mas que sem o Estado seria difícil acabar com ela. Se não lhes interessava a solução americana, não queriam também a jacobina. Era necessário outro tipo de saída.



2. *Silva Jardim,*  
*pregador da república jacobina.*

A versão positivista da república, em suas diversas variantes, oferecia tal saída. O arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis. A começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso. Pela lei dos três estados, a Monarquia correspondia à fase teológico-militar, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república. A separação entre Igreja e Estado era também uma demanda atraente para esse grupo, particularmente para os professores, estudantes e militares. Igualmente, a idéia de ditadura republicana, o apelo a um Executivo forte e intervencionista, servia bem a seus interesses. Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis aí um ideal de despotismo ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira desde os tempos pombalinos do século XVIII. Por último, a proposta positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna, de uma política social a ser implementada pelo Estado, tinha maior credibilidade que o apelo abstrato ao povo e abria caminho para a idéia republicana entre o operariado, especialmente o estatal.

Um grupo social que se sentiu particularmente atraído por essa visão da sociedade e da república foi o dos militares. O fato é extremamente irônico, de vez que, de acordo com as teses positivistas, um governo militar



3 e 4. Miguel Lemos e Teixeira Mendes.  
*apóstolos da república sociocrática positivista.*

seria uma retrogradação social. Mas entram aí as surpresas que fazem interessante o fenômeno da adaptação de idéias. Acontece que os militares tinham formação técnica, em oposição à formação literária da elite civil, e sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência, ao desenvolvimento industrial. Por outro lado, por serem parte do próprio Estado, não podiam dele prescindir como instrumento de ação política. A idéia de ditadura republicana tinha para eles um forte apelo, embora na América Latina pudesse aproximar-se perigosamente da defesa do caudilhismo militar e assim tenha sido vista por observadores estrangeiros, especialmente europeus, durante os dois governos militares que iniciaram a República.

Por razões históricas específicas, o modelo positivista seduziu também os republicanos do Rio Grande do Sul. A tradição militar da região, o fato de os republicanos serem lá uma minoria que precisava de disciplina e coesão para impor-se, a menor complexidade da sociedade local em comparação com São Paulo e Rio de Janeiro talvez tenham contribuído para a adesão mais intensa às idéias políticas do positivismo. Mais do que nenhuma outra, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul incorporou elementos positivistas, particularmente no que se refere à predominância do Executivo; ao Legislativo de uma câmara e de caráter orçamentário; à ausência de

referência a Deus, substituído pelo trinômio Família, Pátria, Humanidade; à política educacional e social.<sup>8</sup>

### A CIDADANIA E A ESTADANIA

Com a exceção dos poucos radicais, os vários grupos que procuravam em modelos republicanos uma saída para a Monarquia acabavam dando ênfase ao Estado, mesmo os que partiam de premissas liberais. Levava a isso, em parte, a longa tradição estatista do país, herança portuguesa reforçada pela elite imperial. A sociedade escravocrata abria também poucos espaços ocupacionais, fazendo com que os deslocados acabassem por recorrer diretamente ao emprego público ou à intervenção do Estado para abrir perspectivas de carreira. Bacharéis desempregados, militares insatisfeitos com os baixos salários e com mínguados orçamentos, operários do Estado em busca de uma legislação social, migrantes urbanos em busca de emprego, todos acabavam olhando para o Estado como porto de salvação. A inserção de todos eles na política se dava mais pela porta do Estado do que pela afirmação de um direito de cidadão. Era uma inserção que se chamaria com maior precisão de estadania.

Já foram mencionados os obstáculos sociais à solução jacobina. O ponto merece ser expandido. O exercício da liberdade dos antigos exigia a posse da virtude republicana pelos cidadãos, isto é, a posse da preocupação com o bem público. Tal preocupação era ameaçada sempre que cresciam as oportunidades de enriquecimento, pois surgia então a ambição e desenvolvia-se a desigualdade social. A virtude republicana era uma virtude espartana. Já percebido por Maquiavel, esse tema foi retomado às vésperas da criação das repúblicas modernas. Na França, Montesquieu e, especialmente, Mably viam como condição para a virtude cívica certa igualdade social. Mably achava que apenas a Suíça possuía tal condição, estando os Estados Unidos já corrompidos pela desigualdade. Jefferson, o mais "antigo" dos *founding fathers*, tinha também dúvidas quanto às possibilidades da vigência da virtude republicana nos Estados Unidos devido ao avanço do comércio e da indústria, fontes de corrupção. Dentro de tal visão, o patriota era quase incompatível com o homem econômico, a cidadania incompatível com a cultura.<sup>9</sup> Era essa, aliás, a posição de Benjamin Constant, para quem o desenvolvimento do comércio e da indústria seria a causa fundamental da inadequação da liberdade antiga ao mundo moderno.

Ora, além de ter surgido em uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, a República brasileira foi proclamada em um momento de intensa especulação financeira, causada pelas grandes emissões de dinheiro feitas pelo governo para atender às necessidades geradas pela abolição da escravidão. A febre especulativa atingiu de modo especial a capital do país,

centro dos acontecimentos que levaram à República. Em vez da agitação do Terceiro Estado, a República brasileira nasceu no meio da agitação dos especuladores, agitação que ela só fez aumentar pela continuação da política emisionista. O espírito de especulação, de enriquecimento pessoal a todo custo, denunciado amplamente na imprensa, na tribuna, nos romances, dava ao novo regime uma marca incompatível com a virtude republicana. Em tais circunstâncias, não se podia nem mesmo falar na definição utilitarista do interesse público como a soma dos interesses individuais. Simplesmente não havia preocupação com o público. Predominava a mentalidade predatória, o espírito do capitalismo sem a ética protestante.

Houve reação a tal situação durante o segundo governo militar, a fase jacobina da República. Não por acaso, esse governo se destacou pelo combate aos especuladores e aos banqueiros. A imagem mais popular do marechal Floriano Peixoto era a do guardião do Tesouro, uma pálida versão tropical do Robespierre dos tempos do Comitê de Salvação Pública, chamado o Incorruptível. Mas durou pouco a reação. A corrupção e a negociata voltaram a caracterizar o novo regime, fazendo com que o antigo, acusado antes de corrupto, aparecesse já como símbolo de austeridade pública. As representações da República nas caricaturas da época mostram a rápida deterioração da imagem do regime. Da clássica figura da austera matrona romana passa-se rapidamente para a cortesã renascentista. Não se tratava apenas da imagem. Um ministro da Fazenda foi acusado, na virada do século, de ter feito reproduzir o retrato de sua amante em uma nota do Tesouro, como representação da República.

As dificuldades de implantação seja de uma república à antiga, seja de uma república moderna no Brasil, preocupavam os intelectuais da época, especialmente os republicanos. O ponto central do debate era a relação entre o privado e o público, o indivíduo e a comunidade. Vários pensadores identificavam a ausência do individualismo anglo-saxão como fator explicativo da incapacidade brasileira para organizar a sociedade política. O teórico republicano Alberto Sales, após se ter rapidamente desencantado com o novo regime, dizia que os brasileiros eram muito sociáveis mas pouco solidários, isto é, conseguiam conviver em pequenos grupos mas eram incapazes de se organizar em sociedade. Segundo ele, era exatamente a valorização do indivíduo que dava aos americanos a capacidade de organizar-se que tanta admiração tinha causado a Tocqueville. Na mesma linha, Silvio Romero utilizou um autor francês, Edmond Demoulin, para caracterizar a psicologia brasileira como sendo de natureza comunitária, em oposição à psicologia individualista dos anglo-saxões. A consequência que Silvio Romero tirava dessa distinção era a mesma de Alberto Sales: a ausência entre os brasileiros do espírito de iniciativa, da consciência coletiva, a excessiva dependência do Estado, o domínio do que Demoulin chamava de política alimentária.<sup>10</sup>

Até mesmo um positivista como Aníbal Falcão formulava a antinomia nos mesmos termos. A diferença é que Falcão, como bom positivista, colocava a valoração positiva do lado brasileiro. A tradição brasileira, ou ibérica em geral, salientava os aspectos integrativos, participatórios, afetivos. A tradição anglo-saxônica era individualista, egoísta, materialista, conflitiva. O futuro da humanidade estava na primeira tradição. Em política, segundo Falcão, o individualismo levava à dispersão e ao conflito, ao passo que o comunitarismo levava à ditadura republicana de natureza integrativa.<sup>11</sup>

O debate poderia ser seguido até a atualidade, bastando lembrar sua retomada recente por Richard M. Morse.<sup>12</sup> Segundo Morse, um severo crítico da cultura anglo-saxônica, a cultura ibérica traria até hoje a marca da ênfase na integração, na incorporação, na predominância do todo sobre o indivíduo. Tal tradição adviria de uma opção feita na Espanha do limiar da Idade Moderna pela visão tomista do Estado e da sociedade, visão em que predominariam as noções de comunidade e a concepção do Estado como instrumento para a promoção do bem comum.

Tal concepção, é fácil de verificar, aproxima-se da de Aníbal Falcão e da dos positivistas ortodoxos em geral. Não por acaso, Comte dizia ter-se inspirado nas tradições cristãs da Idade Média. As propostas concretas dos positivistas, e não apenas suas posições filosóficas, iam também na direção de promover a integração. A começar por sua demanda básica de incorporação do proletariado à sociedade. De preferência, essa incorporação deveria ser feita pelo reconhecimento, por parte dos ricos, do dever de proteger os pobres, por meio de mudança de mentalidade, e não pelo conflito de classes. Outras propostas concretas iam na mesma direção não-conflituosa: a abolição da escravidão pelo governo, a defesa dos índios, a oposição às leis contra a vagabundagem. Até mesmo a transição republicana deveria ser feita de maneira suave: os ortodoxos queriam que o imperador tomasse a iniciativa de se proclamar ditador republicano.

Mas, apesar da admirável dedicação dos ortodoxos, suas propostas tiveram efeito reduzido e passageiro. O apelo à integração aos valores comunitários, feito nas circunstâncias de desigualdade social extrema, de luta intensa pelo poder, de especulação financeira desregrada, caía no vazio. Algumas propostas, como as que se referiam à exaltação do papel da mulher e da família, estavam sem dúvida dentro de uma tradição cultural enraizada. Mas seus efeitos eram antes de natureza conservadora, na medida em que reforçavam o patriarcalismo vigente. Quanto à proposta de fazer do Estado, por intermédio da ditadura republicana, um agente do bem comum, um promotor de políticas sociais, um preparador da sociedade positivista baseada na harmonia das relações sociais, ela reforçava, na melhor das hipóteses, o paternalismo governamental. Na pior, acabava levando água para o

moinho do autoritarismo tecnocrático, com ou sem os militares. Comunidade, afeto e amor tornavam-se meras palavras, se não mistificação.

A dificuldade brasileira com os dois modelos de liberdade, a dos antigos e a dos modernos, estava talvez na ausência de um elemento que tais modelos não levavam em conta, mas que era na realidade parte importante, ou mesmo uma premissa, para o funcionamento deles. Para que funcionasse a república antiga, para que os cidadãos aceitassem a liberdade pública em troca da liberdade individual; para que funcionasse a república moderna, para que os cidadãos renunciassem em boa parte à influência sobre negócios públicos em favor da liberdade individual — para isso, talvez fosse necessária a existência anterior do sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que antigamente podia ser o de pertencer a uma cidade e que modernamente é o de pertencer a uma nação. Pode-se perguntar se a república sem patriotas de Hamilton poderia sobreviver sem esse sentimento, apesar de todo o aparato institucional inventado pelos fundadores. Pode-se igualmente perguntar se, no caso francês, algo da experiência revolucionária, um fenômeno que mobilizava mas que também dividia a sociedade, teria podido sobreviver sem o sentimento de nação despertado pelas guerras externas e pela cruzada civilizatória que os soldados franceses acreditavam estar realizando na Europa. O sentido da identidade seria, nesse caso, o cimento comum aos dois modelos. Em si mesmo, ele não seria suficiente para fundar uma comunidade política, por negligenciar o fato universal da diversidade e do conflito. Ai estava, provavelmente, o equívoco da proposta do positivismo ortodoxo. Mas sem ele os dois modelos também se desintegrariam.

No Brasil do início da República, inexistia tal sentimento. Havia, sem dúvida, alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e mesmo a unidade política. A guerra contra o Paraguai na década de 1860 produziu, é certo, um início de sentimento nacional. Mas fora muito limitado pelas complicações impostas pela presença da escravidão. Era geral a resistência ao recrutamento, e muitos libertavam seus escravos para lutar em seu lugar. Já na República, o jacobinismo tentou mobilizar o patriotismo no Rio de Janeiro: «Mas tal mobilização acabava levando mais à divisão do que à união. O alvo principal dos ataques jacobinos eram os portugueses, que constituíam 20% da população da cidade. Eram portugueses muitos comerciantes e banqueiros, mas também muitos operários que se viam, assim, excluídos da República jacobina. Um pouco mais tarde, o movimento anarquista atacou explicitamente a idéia de pátria, considerada por eles instrumento de dominação dos patrões, instrumento do controle de mercados e da divisão da classe operária.

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930). Tratava-se, na realidade, de uma busca



... das bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo. Porque foi geral o desencanto com a obra de 1889. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos. Em 1901, quando seu irmão exercia a presidência da República, Alberto Sales publicou um ataque virulento contra o novo regime, que considerava corrupto e mais despótico do que o governo monárquico. A formulação mais forte do desencanto talvez tenha vindo de Alberto Torres, já na segunda década do século: "Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos".<sup>13</sup>